

1 **Ata nº 03/2024.** Aos 08 (oito) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro,  
2 reuniram-se nas dependências da SEMED, os Conselheiros: Adriano Martins Xavier,  
3 Alessandra Bassem, Ana Paula Riedel Pires, Angela Pereira Branco, Cleomary  
4 Bescorovaine, Leticia Brandt Jorgensen de Almeida, Luiz Carlos da Costa Silva,  
5 Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Tânia Carolina  
6 Soares, Valdenira Pereira Siqueira e como convidados: Daniela Medeiros de Oliveira,  
7 Everaldo Ferreira de Souza, José Roberto Eduardo e Julio Cesar Vieira, para a 3ª  
8 reunião ordinária do Conselho CACS- FUNDEB do Município de São José dos  
9 Pinhais, tendo como pauta: 1- Aprovação da ata 02/2024 e 2- Transporte Escolar.

10

11 A Presidente do Conselho Marilza Apª Pereira Teixeira, inicia a 3ª reunião do FUNDEB  
12 cumprimentando a todos, em seguida pergunta se houve algum apontamento sobre a  
13 ata da última reunião, ninguém se manifestou, a ata foi aprovada. Na sequência a  
14 Presidente coloca sobre a questão do transporte escolar, dizendo que a SEMED  
15 respondeu o ofício nº05/204 – FUNDEB, que solicitava a cópia da resposta  
16 encaminhada ao Ministério Público sobre a Orientação Administrativa 01/2024. A  
17 Presidente Marilza agradece a presença dos convidados da Divisão de Transporte  
18 Escolar, e explica que o intuito é entender como funciona o transporte escolar, tendo  
19 em vista que o Conselho do FUNDEB emite o Parecer sobre as contas pagas com  
20 recursos do Governo Federal, entre eles o recurso do PNATE. O Conselheiro Luiz  
21 Carlos faz a leitura na íntegra do ofício 221/2024 – SEMED que versa sobre a  
22 resposta da SEMED ao MP referente ao Transporte Escolar. Ao término da leitura o  
23 Conselheiro Luiz pergunta ao Sr. Everaldo se o Núcleo de Educação respondeu sobre  
24 a 6ª aula do Colégio Tiradentes que está gerando transtornos, o Sr. Everal diz que já  
25 teve reunião o Núcleo, mas eles só respondem informalmente. A Conselheira Ana  
26 Paula pergunta se as crianças da Escola Antonio Franco ainda estão ficando  
27 aguardando no ônibus. O Sr. Everaldo responde que sim. A Presidente Marilza  
28 pergunta como que era feito no ano passado. Everaldo responde que era feito uma  
29 vez por semana no contra turno e esse ano foi alterado para todos os dias saída as  
30 12h30 e os alunos da Escola Antonio Franco saem as 11h30, algumas linhas foram  
31 adequadas para fazer 2 “pegas”, mas isso gera um problema contratual e já foi  
32 repassado ao Núcleo de Educação, mas a linha que está dando mais reclamação é a  
33 que atende os aluno que moram na Serra, próximo ao viaduto dos Padres, porque não  
34 dá tempo para fazer 2 pegadas devido ao trajeto ser bem longo. A Presidente Marilza  
35 pergunta se tem como concentrar os alunos somente em um período. Everaldo

36 responde que foi solicitado, mas não tem como porque algumas turmas só existem no  
37 período da tarde ou manhã e complementa que a Secretária foi avisada somente no  
38 dia 28/02, via whatsapp, sobre a 6ª aula, sendo que as aulas já começavam no dia  
39 05/02. A Presidente Marilza pergunta quantas crianças ficam aguardando no ônibus  
40 nessa linha da Serra. Everaldo responde que são 16 crianças da Escola Antônio  
41 Franco que saem as 11h30 e aguardam dentro do ônibus, e que os alunos da tarde,  
42 também chegam atrasados devido essa espera para pegar os alunos do Estado que  
43 saem as 12h30. A Conselheira Ana Paula pergunta se todas as tratativas foram feitas  
44 com o Wagner ou já foi falado com a chefia dele. Everaldo responde que já foi falado,  
45 feito reunião, mas eles entendem que o Município precisa colocar outra linha. A  
46 Conselheira Angela coloca que o problema vem desde 2021, quando iniciou a gestão  
47 houve uma reunião com todos os Prefeitos das regiões próximas e todos sem exceção  
48 colocaram a situação do Estado impor algo ao Município e não fazer o repasse e  
49 agora o Núcleo está querendo colocar no Município a obrigatoriedade de atendimento  
50 sem repasse e as devidas adequações, como se o Município tivesse a obrigação e o  
51 Estado obrigação nenhuma, as tratativas estão sendo feitas desde 2021, mas só vem  
52 piorando, já foi feito várias vezes cálculos de custos em relação a isso, para poder  
53 licitar, a gente teria que licitar novamente uma linha já existente para poder atender, já  
54 foi repassado todas as situações, mas ninguém faz nada. O Conselheiro Luiz pergunta  
55 se há algum repasse financeiro do Estado referente ao transporte. A Conselheira  
56 Angela responde que para a 6ª (sexta) aula, não, já existiu uma conversa de que se o  
57 Município atendesse, eles iriam repassar, mas até agora nada, ninguém põe no papel.  
58 O Sr. José complementa que o valor repassado pelo Estado para custear o transporte  
59 é muito abaixo do que é gasto. Everaldo coloca que 50% dos alunos são do Estado e  
60 eles não repassam nem 30% do que é gasto. A Conselheira Marilza pergunta se existe  
61 algum termo/ contrato assinado entre Município/Estado em relação ao transporte  
62 escolar. A Conselheira Angela responde que não, somente existe a Lei do PET e do  
63 PNATE que são sobre repasse de recursos. Everaldo coloca que na lei existe um  
64 cálculo do custo por aluno, e que fazendo as contas eles não estão repassando nem  
65 30% do valor necessário, o mesmo oficiou mas eles não responderam, foi até a  
66 FUNDEPAR, e insistiu para ser atendido para que eles demonstrassem o cálculo que  
67 eles faziam, mas eles não fazem cálculos, são distribuídos valores aleatórios. O  
68 Conselheiro Luiz pergunta se existe a possibilidade do Município não atender os  
69 alunos do Estado. A Conselheira Angela coloca que o Município não atende algumas  
70 regiões, mas essa em específico o próprio Diretor teve uma fala com as empresas e

71 com os motoristas e se ajustou essa rota que foi onde aconteceram os problemas.  
72 Everaldo complementa que houve uma pressão muito grande da comunidade,  
73 associação, vereadores, então foi feito alguns ajustes nas linhas, mas essa linha  
74 específica não teve como ajustar. O Conselheiro Adriano pergunta se o Município não  
75 teria uma Kombi/Van, para auxiliar nesse transporte, porque são 9 crianças para ir e 6  
76 para voltar, caberia em uma Kombi, o Município poderia fazer isso temporariamente  
77 como paliativo. A Conselheira Angela responde que tem o veículo, mas não tem  
78 motorista. Os Conselheiros discutem sobre o caso. A Presidente Marilza pergunta em  
79 relação às cadeirinhas amarradas com corda. O Sr. Everaldo explica que o uso da  
80 corda já vem de muito tempo e trata-se de uma medida adicional de segurança, mas  
81 não significa que os ônibus não têm cinto, pois os ônibus passam por vistoria e que  
82 houve um movimento político de certo vereador com o intuito de derrubar a empresa  
83 que estava assumindo, mas a situação das cordas sempre existiu, é um reforço, pois  
84 só o cinto o ônibus não fixa, diante da repercussão que houve foi solicitado à empresa  
85 que trocasse a corda por um cinto com catraca. A Conselheira Tânia pergunta se a  
86 legislação do trânsito permitiu usar a corda. Everaldo responde que na legislação do  
87 trânsito só diz que o ônibus deve ter cinto de segurança e a corda é um adicional e  
88 que inclusive teve uma mãe que pediu que enquanto o filho dela não fosse amarrado  
89 com corda, ela não iria mandar o filho para a escola, é um pedido das famílias que  
90 seja utilizado a corda, não ficava legal então foi pedido para trocar por catraca, mas é  
91 um adicional de segurança que sempre foi utilizado no Município, e com relação ao  
92 falado que os ônibus não tinha cinto de segurança é sobre o cinto de 4 pontos, os  
93 ônibus precisam em média de 7 a 8 cintos 4 pontos, porque nem todas as crianças  
94 utilizam, a maioria usa o cinto abdominal, por isso não é exigido que tenha todos os  
95 cintos de 4 pontos e coloca que a maioria dos apontamentos que foram feitos eram  
96 sem fundamento, feito por pessoas que não conhecem a legislação do Detran,  
97 Contran e Norma do Transporte Escolar, e também houve um descontentamento das  
98 famílias porque eram atendidos pela mesma empresa há 15 anos e houve todo esse  
99 transtorno. A Presidente Marilza pergunta sobre as regras para receber o transporte  
100 especial, pois chegou uma falam de que as crianças ainda estão aguardando  
101 transporte escolar para a Escola Madre Paulina. Everaldo responde que a princípio  
102 todas as crianças da Educação Especial têm Direito, há uma discussão deque se elas  
103 têm que obedecer ao mesmo critério do transporte regular que é de 2 km, mas ele  
104 entende que pela legislação todas tem direito. A Presidente Marilza pergunta se ainda  
105 tem alunos da Escola Madre Paulina aguardando o transporte. Everaldo responde que

106 sim, atualmente 43. O Sr. José Eduardo corrige dizendo que são 41, e explica que no  
107 Ensino regular os alunos vão passando de série e chega um momento que ele deixa  
108 de usar o ônibus e outro aluno passa a usar a vaga que era dele, o que não acontece  
109 com os alunos da Madre, agora eles ficam até os 25 anos e depois vão para o  
110 CEMITRA e continuam usando o transporte, a fila no transporte especial sempre  
111 existiu porque o transporte não consegue acompanhar a demanda, foi estimado um  
112 número x de alunos, mas quando terminou o processo de licitação a demanda já  
113 estava maior que o esperado. Everaldo comenta que a Escola Madre Paulina  
114 condiciona a vaga do aluno ao transporte escolar porque a maioria não tem condições  
115 de levar e se o aluno não for fica levando falta. José coloca que não existe um critério  
116 para o transporte escolar poder filtrar, mas há uma contratação emergencial em  
117 andamento para atender a fila de espera e resolver o problema de horário. A  
118 presidente Marilza pergunta quantas crianças são atendidas pelo transporte escolar  
119 hoje no Madre. José responde que aproximadamente uns 350. O Conselheiro Adriano  
120 pergunta se a contratação emergencial vai conseguir atender todos que estão na fila.  
121 José coloca que os que estão na fila até hoje, sim, mas quando a linha começar pode  
122 ser que a demanda já tenha aumentado, pois todos os dias chegam pedidos para o  
123 transporte especial, e esses alunos a maioria estão matriculados na escola regular,  
124 então eles podem continuar frequentando até que saia a vaga no transporte escolar. A  
125 Presidente Marilza pergunta sobre a empresa de consultoria que foi citada na resposta  
126 ao MP. Everaldo responde que a equipe toda está fazendo treinamento toda sexta  
127 feira com essa empresa (TAO) que presta serviços para a URBS, sobre definição de  
128 rotas, metodologia de análise de dados, é um treinamento bem longo, que vai até  
129 dezembro. A Presidente Marilza pergunta sobre o mapeamento que na reunião  
130 passada com o transporte escolar, Everaldo comentou que estava tentando fazer.  
131 Everaldo responde que não ainda não conseguiu fazer porque depende de um ajuste  
132 no sistema Tagnus, para que conste também as matrículas dos alunos do Estado e  
133 eles estão com dificuldade de fazer isso, mas já foi pedido para a empresa desde o  
134 ano passado. A Presidente Marilza agradece a presença dos convidados da Divisão  
135 de transporte escolar, Everaldo, José Eduardo e Júlio Cesar. Everaldo coloca que  
136 sobre ofício solicitando a cópia dos contratos, as empresas e as rotas do transporte  
137 Escolar e editais, e informa que não respondeu ainda porque iria tratar na reunião e  
138 informa que é muita coisa, ele teria que imprimir todos os mapas das rotas que são  
139 141 e isso daria umas 3 caixas de documentos. A Presidente Marilza pede para  
140 colocar as regiões que o transporte escolar atende, para que quando o FUNDEB for

141 questionado, saiba responder. Everaldo coloca que os contratos estão todos no portal  
142 da transparência e ele pode listar quais são os contratos e quais são os editais e quem  
143 quiser pode olhar direto no portal. A Conselheira Daniela pergunta em quanto tempo  
144 irá conseguir atender as crianças da Escola Especial. Everaldo responde que não irá  
145 colocar um prazo porque não depende só da Divisão de Transporte, o processo é bem  
146 demorado, agora já está na fase de consolidação das propostas e análise dos  
147 documentos da empresa que ganhou, depois disso tem o prazo de 5 dias para a  
148 empresa apresentar os veículos, a Secretaria faz uma vistoria interna, caso tenha que  
149 fazer alguma adequação e sempre tem, o prazo é de 30 a 60 dias. A Conselheira Ana  
150 Paula pergunta por quanto tempo o contrato emergencial vai atender essas crianças.  
151 Everaldo responde que é por 12 meses e será licitado, hoje tem 30 linhas de  
152 transporte especial e vai aumentar mais 10 linhas. A Presidente Marilza coloca sobre a  
153 questão do Colégio Tiradentes, que pode encaminhar também para o Conselho do  
154 FUNDEB, pois tem um desrespeito ao direito a Educação, o Conselho pode  
155 encaminhar para o Conselho de Educação, para o Conselho Estadual de Educação e  
156 para o Conselho do FUNDEB Estadual. A Presidente Marilza agradece novamente a  
157 presença dos representantes da Divisão de Transporte, Everaldo se coloca  
158 à disposição e deixa a reunião junto com José Eduardo e Júlio Cesar. Dando sequência  
159 a reunião a Presidente Marilza coloca que foi solicitado ao Sindicato a indicação da  
160 representação dos Professores no ano passado e a Samia se autoindicou, mas não  
161 pode porque ela está afastada para mandato classista, foi solicitado ao Fábio, (RH) o  
162 Diário oficial de que ela se afastou para exercer o mandato do Sindicato, a legislação  
163 não diz nada sobre isso, mas entendemos que para representar os professores tem  
164 que ser alguém que está como professor, a UPES ainda não indicou representante. O  
165 Conselheiro Luiz sugere que sejam feitos 2 requerimentos, 1 solicitando a quantidade  
166 de alunos que são do estado, o valor que o Município recebe do estado, o valor  
167 necessário hoje para que o Município pudesse atender a demanda do estado, e o  
168 outro seria oficiar o Conselho Estadual do Fundeb e o Conselho Estadual de  
169 Educação e o Governo do Estado. A Presidente Marilza pergunta para a Conselheira  
170 Angela se tem algum Município que foi suplementado o valor para o transporte. Angela  
171 responde que sabe que alguns Município se adequaram, como são Municípios  
172 pequenos, passaram a fazer como é feito em algumas rotas, fazem 2 vezes, e que  
173 pode conseguir quais foram que se adequaram, mas sem o repasse do estado. Angela  
174 responde ao Luiz que tem informação para os pais, todos que vem procurar por conta  
175 disso, é marcado reunião e falado, explicado. Conselheiro Luiz coloca que realmente é

176 passado de forma transparente, mas quando sai já fica um pouco distorcido. Não  
177 havendo mais nada a tratar a Presidente Marilza agradece a presença de todos e  
178 encerra a reunião.

179 Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que depois de aprovada será assinada  
180 pela Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

181 *Marilza Ap. P. Teixeira*



CONSELHO DO  
**FUNDEB**

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de  
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização  
dos Profissionais da Educação